

CORREIO BRAZILIENSE

MEC corta 94 mil matrículas sob suspeita

Prefeitos do Ceará, Maranhão e Mato Grosso estariam maquiando o número de novos alunos para receber mais dinheiro do governo

Marina Oliveira

Da equipe do Correio

O Fundo de Valorização do Magistério — que prevê um gasto mínimo de R\$ 315 por aluno no ensino fundamental — nem entrou em vigor e já está criando confusão entre o Ministério da Educação (MEC) e os governos dos estados e municípios. A partir de 1º de janeiro, quem tiver mais matrículas receberá mais dinheiro para a educação. Resultado: alguns municípios mentiram ao responder ao último Censo Escolar, aumentando o número de alunos em sua rede.

Os estados do Ceará, Maranhão e Mato Grosso acabaram levantando as suspeitas do MEC. Alguns casos foram comprovados apenas tecnicamente. Mas há outros mais gritantes. No município de Cariré, divisa do Ceará com o Piauí, por exemplo, o total de alunos matriculados no ensino fundamental foi maior do que o número de habitantes da cidade.

Depois de fazer o cruzamento entre as informações do Censo e a última contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o governo federal resolveu cortar 94 mil matrículas

supostamente superfaturadas nos três estados. A medida mexeu fundo no bolso das secretarias de Educação que deixarão de receber o equivalente a R\$ 2,9 bilhões do Fundo.

Segundo a presidente do Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Castro, os técnicos utilizaram ainda como critério para o corte o crescimento médio nacional de matrículas de 1995 para 1996 (5%) para verificar a consistência das informações do Censo.

O secretário de Educação do Ceará, Antenor Napolini, não se deu por satisfeito com as explicações técnicas do MEC para os cortes e exigiu uma auditoria nos municípios suspeitos de irregularidades. "O estado tem feito um esforço muito acima da média nacional para trazer as crianças para a escola; naturalmente tivemos uma taxa de

crescimento de matrícula maior e não podemos ser punidos por isso", afirma Napolini.

Em Cariré, a Secretaria Municipal de Educação vem, desde março deste ano, desenvolvendo uma campanha intensa para buscar os alunos nos locais mais distantes da zona rural para levá-los à escola.

AUDITORIA

O Inep ouviu a argumentação e mandou um time de técnicos ao Ceará para fazer uma auditoria completa nas matrículas suspeitas até o final do mês. Em janeiro, Maranhão e Mato Grosso também serão visitados. João Batista Oliveira esteve em alguns municípios cearenses onde as dúvidas eram maiores. "Na maioria dos casos o problema aconteceu em Fortaleza, na hora de passar as informações dos municípios para o computador da secretaria estadual", afirma ele.

Segundo João Batista, algumas listas acabaram repetidas por engano ou falta de organização da secretaria estadual — responsável por colocar os números no banco de dados nacional. No caso do Ceará, o problema maior foi o pequeno quadro de funcio-

nários. A secretaria passou por uma reestruturação e o número de funcionários baixou de 800 em janeiro deste ano para 300 em junho.

Apesar de não acreditar em má fé por parte dos estados e municípios no fornecimento das informações, Maria Helena Castro admitiu que os problemas verificados nos números do Censo de alguns municípios ficaram muito acima das expectativas do ministério.

Nem mesmo o secretário de Educação do Ceará coloca a mão no fogo pela honestidade dos prefeitos. "Não posso afirmar que não houve irregularidades. Mas a obrigação nossa e do governo federal é de apurar e punir os responsáveis", argumenta Antenor Napolini. Ele garante que irá denunciar publicamente os prefeitos que comprovadamente tiverem maquiado os números das matrículas.

José Varela



Maria Helena, do Inep: auditoria em três estados para apurar as fraudes